

CONCURSO PÚBLICO
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL (CRF-DF)
EDITAL Nº 01/2017, 17 DE JANEIRO DE 2017



CONSELHO REGIONAL
de FARMÁCIA do DF

102

Analista I
Advogado

Data e horário da prova:
Domingo, 2/4/2017, às 8h30

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões da prova objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - um cartão ótico de respostas personalizado; e,
 - uma folha de resposta da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do cartão ótico de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O jardim do semelhante.

- Verifique se a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação do cartão ótico de respostas e da folha de resposta da prova discursiva estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e discursiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do cartão ótico de respostas e o preenchimento da folha de resposta da prova discursiva.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu cartão ótico de respostas, a folha de resposta da prova discursiva e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva e discursiva após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de resposta da prova discursiva e o cartão ótico de respostas devidamente assinado.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada de material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no cartão ótico de respostas da prova objetiva e na folha de resposta da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no cartão ótico de respostas.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no cartão ótico de respostas, uma única alternativa.
- O cartão ótico de respostas e a folha de resposta da prova discursiva não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para o cartão ótico de respostas, e o texto definitivo da prova discursiva para a respectiva folha de resposta.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão ótico de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

TIPO "A"

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Questões de 1 a 25

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 1 a 5

Texto 1 para responder as questões 1 e 2.

A era radiofônica conquista a
indústria farmacêutica

Os anos 1930 marcam a ascensão do rádio como veículo de propaganda no Brasil. Os laboratórios não perderam a oportunidade, investindo verbas cada vez mais polpudas nas publicidades de remédios. Unindo o útil ao agradável, começaram a pagar para que seus anúncios, tal e qual impressos, fossem lidos ao vivo no rádio entre um programa e outro. Em um segundo momento, quando entrou em cena a moda dos *jingles*, os reclames vinham em tons já mais criativos e elaborados especialmente para esse meio de comunicação – e melhor, cantados pelos próprios ídolos da era radiofônica.

Disponível em: <<http://portalhistoriadafarmacia.com.br/voce-sabia#prettyPhoto>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

QUESTÃO 1

Considerando as informações e as sequências discursivas do texto, é correto afirmar que

- (A) a mensagem expressa pelo título, relacionada ao conteúdo de todo o parágrafo, indica que o principal anseio do rádio, na respectiva fase de maior popularidade, era atrair os anunciantes de remédios.
- (B) o rádio, assim que chega ao Brasil nos anos 1930, transforma-se no mais importante veículo de propaganda, por isso desperta o interesse dos laboratórios.
- (C) o autor, com o propósito principal de analisar a qualidade dos anúncios de remédio na era radiofônica do Brasil, utiliza-se predominantemente da dissertação, pois, por meio da relação de causa e consequência, defende a própria opinião a respeito do papel do rádio como importante veículo de propaganda.
- (D) os primeiros anúncios pagos pelos laboratórios, durante a era radiofônica no Brasil, consistiam na simples leitura integral e ao vivo no rádio do texto, que também serviria para a divulgação impressa dos remédios.
- (E) a publicidade de remédios no rádio só passou a chamar a atenção do público quando os anúncios passaram a ser cantados pelos próprios ídolos da era radiofônica.

QUESTÃO 2

De acordo com a norma-padrão e as questões gramaticais que envolvem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o termo sublinhado no trecho “investindo verbas cada vez mais polpudas nas publicidades de remédios” (linhas 3 e 4) fosse substituído pelo vocábulo **vultosas**, o sentido original do texto estará preservado.

- (B) O período “Os laboratórios não perderam a oportunidade, investindo verbas cada vez mais polpudas nas publicidades de remédios.” (linhas de 2 a 4) não poderia ser substituído corretamente pela redação **Os laboratórios não perderam a oportunidade: investiram verbas cada vez mais polpudas nas publicidades de remédios.**, pois esta exemplifica algum erro do ponto de vista das regras de pontuação.
- (C) Os vocábulos sublinhados no trecho “para que seus anúncios, tal e qual impressos, fossem lidos ao vivo no rádio entre um programa e outro.” (linhas de 5 a 7) poderiam ser substituídos, respectivamente, pelas construções **afim de** e **relidos**, sem alterar o sentido do trecho.
- (D) A forma verbal “entrou” deveria ser mantida caso o trecho sublinhado na oração “quando entrou em cena a moda dos jingles” (linhas 7 e 8) fosse substituído pelo vocábulo **certos**.
- (E) A construção **bastantes**, caso fosse necessário, poderia ser empregada corretamente no lugar do termo sublinhado no trecho “os reclames vinham em tons já mais criativos” (linhas 8 e 9).

Texto 2 para responder as questões de 3 a 5.

Há empregos

O mercado é superaquecido. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que 95% dos farmacêuticos do país estão empregados. Para além das drogarias, quem se forma em Farmácia tem um leque de, aproximadamente, 80 funções divididas em dez grandes linhas de atuação: alimentos; análises clínico-laboratoriais; educação; farmácia; farmácia hospitalar e clínica; farmácia industrial; gestão; práticas integrativas e complementares; saúde pública; toxicologia. “Temos muitas áreas de atuação, e o segredo é estudar e sempre se atualizar. Um farmacêutico bem atualizado terá espaço em qualquer área de atuação”, comenta a presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal (CRF/DF), Gilcilene Chaer.

O que justifica o otimismo da presidente do CRF/DF é a amplitude do mercado de trabalho e o fato de muitas funções ainda serem pouco exploradas pelos formandos. As áreas de radiofarmácia, regulação, farmácia clínica – principalmente na área de oncologia – e farmácia estética são as que ainda estão carentes de profissionais, em especial a clínica e a estética, que foram regulamentadas recentemente pela Resolução nº 585/2013, do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

Outro marco para a profissão foi a aprovação da Lei nº 13.021/2014. Com ela, as drogarias passaram a ser reconhecidas como estabelecimento de saúde. Por assumirem legalmente esse caráter, tornou-se obrigatória a presença de um responsável técnico de nível superior durante todo o horário de funcionamento. Com isso, uma drogaria que funciona 24 horas por dia, respeitando a carga horária de 8 horas, necessita de, pelo menos, três farmacêuticos em seu quadro. “Isso, além de gerar mais oportunidades profissionais, foi um ganho para a sociedade, que passou a ter mais garantia de atendimento especializado”, observa a presidente do CRF/DF.

Disponível em: <<http://www.crfdf.org.br/site/farmacutico-com-muito-orgulho/>>. Acesso em: 20 jan. 2017, com adaptações.

QUESTÃO 3

Com base no emprego das classes de palavras para a construção do sentido do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O artigo definido masculino deveria ter sido empregado antes do substantivo sublinhado no período “Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que 95% dos farmacêuticos do país estão empregados.” (linhas de 1 a 3).
- (B) A locução sublinhada no trecho “95% dos farmacêuticos do país estão empregados” (linhas 2 e 3), que exerce a função de um adjetivo, poderia ser descartada, pois sua ausência não comprometeria a informação original.
- (C) A exclusão do advérbio em destaque no trecho “o fato de muitas funções ainda serem pouco exploradas pelos formandos.” (linhas 15 e 16) preservaria a mensagem principal do período.
- (D) O pronome sublinhado no período “Outro marco para a profissão foi a aprovação da Lei nº 13.021/2014.” (linhas 22 e 23), empregado como determinante de um substantivo, estabelece uma relação direta com o parágrafo anterior, mais especificamente com o último período.
- (E) A conjunção “Por” e o pronome “esse” relacionam a oração “Por assumirem legalmente esse caráter” (linhas 24 e 25) com o período anterior, pois foram utilizados para, respectivamente, introduzir a consequência de um fato e retomar uma informação.

QUESTÃO 4

Acerca das relações sintáticas estabelecidas no período “Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que 95% dos farmacêuticos do país estão empregados.” (linhas de 1 a 3), é correto afirmar que

- (A) as orações se relacionam por coordenação, já que apresentam autonomia entre si.
- (B) as formas verbais “revelam” e “estão” referem-se a termos que desempenham a mesma função em suas respectivas orações.
- (C) a segunda oração funciona como aposto, pois explica o sentido de um termo presente na primeira.
- (D) ambas as orações estruturam-se em torno de um predicado verbal, pois expressam uma ação atribuída ao sujeito.
- (E) a função exercida pelo termo “do país” seria mantida se, em seu lugar, fosse empregada a construção **no país**.

QUESTÃO 5

Tendo como referência as regras para o uso do sinal indicativo de crase e a acentuação gráfica das palavras, considere o período “Com isso, uma drogaria que funciona 24 horas por dia, respeitando a carga horária de 8 horas, necessita de, pelo menos, três farmacêuticos em seu quadro.” (linhas de 27 a 29) e assinale a alternativa correta.

- (A) A construção “Com isso” poderia ser substituída por qualquer uma das seguintes redações: **Devido à essa lei** ou **Devido à lei mencionada**, sem alterações no sentido do trecho.

- (B) Caso julgasse necessário, o autor poderia empregar corretamente a redação **drogarias que tem expediente 24 horas por dia** no lugar do trecho “uma drogaria que funciona 24 horas por dia”.
- (C) O autor poderia, corretamente, incluir a forma **às** antes do termo “24 horas por dia”.
- (D) O trecho “respeitando a carga horária de 8 horas” estaria correto se reescrito da seguinte maneira: **considerando o respeito a carga horária de 8 horas**.
- (E) Apenas uma das construções a seguir poderia ser empregada corretamente no lugar do termo “em seu quadro” (linha 29): **à sua disposição** ou **ao seu dispôr**.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Questões de 6 a 8

QUESTÃO 6

São 4 bilhões de pessoas, dois terços da população global, vivendo hoje em condições de severa falta d'água. Apesar do Brasil figurar quase totalmente verde no mapa, duas áreas estão em alerta: no Nordeste do País e a área do Estado de São Paulo. É preciso planejar, investir em soluções diversas, sustentáveis, escaláveis e modulares já aplicadas com sucesso em regiões com o mesmo desafio.

Disponível em: <<http://agua-sua-linda.tumblr.com/post/147496242588/>>.
Acesso em: 5 fev. 2017, com adaptações.

Com base nas informações do texto, é correto afirmar que a população global, à época da publicação da reportagem, era de

- (A) 4 bilhões de pessoas.
- (B) 5 bilhões de pessoas.
- (C) 6 bilhões de pessoas.
- (D) 7 bilhões de pessoas.
- (E) 8 bilhões de pessoas.

QUESTÃO 7

Ao conferir os dados de impedimento de doação de sangue do último mês de fevereiro, o funcionário do banco de sangue percebeu que, dos 48 impedimentos, 18 foram de doadores portadores do vírus HIV, 28 foram de doadores que já tiveram hepatite B e 6 foram de doadores que se enquadraram nos dois casos.

Com base nos dados dessa situação hipotética, quantos dos doadores analisados não se enquadraram nos dois casos citados?

- (A) 2.
- (B) 6.
- (C) 8.
- (D) 10.
- (E) 14.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa que apresenta uma tautologia.

- (A) $p \wedge p$.
- (B) $p \vee p$.
- (C) $p \wedge \sim p$.
- (D) $p \vee q \rightarrow p \wedge q$.
- (E) $p \vee \sim p$.

QUESTÃO 9

A Lei nº 3.820/1960, que criou o Conselho Federal e os conselhos regionais de farmácia, sofreu diversas alterações promovidas pela Lei nº 9.120/1995. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas alterações.

- (A) O Conselho Federal passou a ter o número expresso de doze membros, sendo nove efetivos e três suplentes.
- (B) O presidente e o secretário-geral do Conselho Federal passaram a ter a obrigatoriedade de residir, durante todo o tempo de seus mandatos, no Distrito Federal.
- (C) Passou a ser atribuição do Conselho Federal zelar pela saúde pública, promovendo a assistência farmacêutica.
- (D) O mandato dos conselheiros dos conselhos regionais passou a ser de três anos.
- (E) O Conselho Federal e os conselhos regionais passaram a poder cobrar taxas pela expedição ou substituição da carteira profissional.

QUESTÃO 10

A respeito do poder disciplinar exercido pelo conselho competente sobre os farmacêuticos e considerando a Lei nº 3.820/1960 e atualizações posteriores, assinale a alternativa correta.

- (A) O conselho em que o farmacêutico estiver inscrito no momento da abertura do procedimento disciplinar será o conselho competente para punir disciplinarmente.
- (B) Uma das sanções prevê eliminação ao farmacêutico que, por faltas graves, já tenha sido três vezes condenado definitivamente a penas de suspensão, ainda que em conselhos regionais diversos.
- (C) A audiência do acusado, previamente à deliberação do Conselho, e o oferecimento de defensor para acompanhá-lo nos atos de defesa são garantias do processo disciplinar.
- (D) Não é previsto efeito suspensivo nos recursos para o Conselho Federal.
- (E) É prevista uma única hipótese de sanção disciplinar em que não se garante recurso ao Conselho Federal.

QUESTÃO 11

A respeito das anuidades e das taxas, é correto afirmar que, conforme disposições constantes na Lei nº 3.820/1960 e alterações posteriores,

- (A) o valor das anuidades é fixado por cada Conselho Regional de Farmácia, que somente poderá alterar os seus valores em intervalos não inferiores a três anos.
- (B) na multa, os juros de mora no pagamento das anuidades são os mesmos percentuais utilizados na cobrança dos créditos da Fazenda Pública Federal.
- (C) um quarto de todas as rendas dos conselhos regionais deve ser destinado ao Conselho Federal de Farmácia.

- (D) se comprovarem perante o Conselho Federal e os conselhos regionais que os profissionais farmacêuticos estão regulares, as empresas e os estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico ficam dispensados do pagamento da anuidade em nome próprio.
- (E) um quarto da renda bruta de cada conselho regional deverá ser destinado a um fundo de assistência para seus membros necessitados, quando inválidos ou enfermos.

QUESTÃO 12

A Portaria CRF/DF nº 16/2014, do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, entre outros temas, dispõe acerca dos deveres específicos e das proibições dos respectivos empregados/servidores no que se refere às relações destes com o próprio Conselho, a sociedade e, também, outras instituições. A respeito deste assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado prejudicar deliberadamente a reputação de outro empregado e (ou) servidor ou de cidadãos usuários.
- (B) É vedado ao empregado e (ou) servidor receber brindes, presente, transporte, hospedagem e quaisquer vantagens ou favores, assim como aceitar convites para almoços, jantares e festas.
- (C) É vedado ao empregado e (ou) servidor pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, brinde, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua atividade em serviço ou para influenciar outro empregado e (ou) servidor para o mesmo fim.
- (D) É vedado ao empregado e (ou) servidor ausentar-se das próprias funções sem o prévio conhecimento e a anuência dos respectivos superiores hierárquicos.
- (E) É dever do empregado e (ou) servidor estabelecer e manter a cordialidade no ambiente de trabalho, não fomentando a discórdia e o desentendimento.

QUESTÃO 13

Segundo o Regimento Interno Padrão do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal (CRF/DF), instituído pela Deliberação nº 19/2015, e a Resolução nº 531/2010, do Conselho Federal de Farmácia, que estabelece normas e procedimentos orçamentários, contábeis e financeiros, é vedado

- (A) utilizar a verba recebida de empréstimos, subvenções e doações para outro fim, quando for o solicitante.
- (B) promover aumento salarial nos seis meses anteriores ao final do mandato, exceto por determinação judicial.
- (C) que o ordenador de despesa e o suprido transfiram o suprimento de fundos a outro empregado ou conselheiro, alheio ao ato concedente original, antes de sua quitação.
- (D) adquirir material permanente via suprimento de fundos.
- (E) celebrar convênio de cobrança, com instituição financeira diferente da que já possui convênio firmado, no último trimestre de cada exercício.

QUESTÃO 14

Considere hipoteticamente que os cargos de tesoureiro e de secretário-geral do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal (CRF/DF) fiquem vagos. A respeito dessa situação e considerando a Deliberação nº 19/2015, que aprova o Regimento Interno Padrão do referido Conselho, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente o cargo de tesoureiro é considerado de Diretoria. Portanto, a vaga do secretário-geral deve ser preenchida com a indicação do presidente do CRF/DF.
- (B) A qualquer tempo, deverão ser convocadas novas eleições.
- (C) Caberá ao presidente do Conselho Federal de Farmácia, salvo se faltar em menos de 12 meses para findar o mandato, nomear Junta Diretiva Provisória, recompondo os membros faltantes preferencialmente entre os conselheiros integrantes do Plenário do Conselho Regional de Farmácia, com mandato precário de até 180 dias, podendo ser renovado uma vez.
- (D) Na hipótese de licenciamento ou de afastamento temporário de ambos, o presidente do Conselho Federal de Farmácia nomeará Junta Diretiva Provisória, recompondo os membros faltantes, preferencialmente entre os conselheiros integrantes do Conselho Regional de Farmácia, com mandato precário até o fim da respectiva licença ou do afastamento temporário.
- (E) A Diretoria funcionará com os membros restantes até a metade mais um do número total de diretores.

QUESTÃO 15

No âmbito do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, reunir-se ordinariamente até duas vezes por mês, para tratar de assuntos de rotina, é previsão expressa contida no Regimento Interno Padrão do CRF/DF destinada

- (A) às câmaras técnicas especializadas.
- (B) à Diretoria.
- (C) às comissões temporárias.
- (D) às comissões permanentes.
- (E) ao Plenário.

QUESTÃO 16

Acerca das disposições a respeito da proposta orçamentária, previstas na Resolução nº 531/2010 do Conselho Federal de Farmácia, assinale a alternativa correta.

- (A) A proposta orçamentária do Conselho Federal de Farmácia incluirá a média da arrecadação realizada nos últimos dois anos.
- (B) Os conselhos regionais de farmácia encaminharão ao Conselho Federal de Farmácia, até o dia 31 de agosto de cada exercício, a proposta orçamentária para o exercício seguinte.
- (C) Os conselhos regionais de farmácia encaminharão ao Conselho Federal de Farmácia os respectivos demonstrativos de rendas e o balancete trimestral até o quinto dia do mês subsequente ao mês da apuração.
- (D) O Conselho Federal de Farmácia aprovará, até o dia 30 de setembro de cada exercício, a própria proposta orçamentária para o exercício seguinte.

- (E) A análise e o julgamento, pelo plenário, do orçamento ou da proposta orçamentária serão precedidos de parecer do setor de auditoria e de apreciação da Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Farmácia.

QUESTÃO 17

A respeito de concessão de empréstimos, subvenções e doações, a Resolução nº 531/2010, do Conselho Federal de Farmácia, dispõe que

- (A) os empréstimos em pecúnia serão pagos em até 48 parcelas, sucessivas e de igual valor, já embutidos todos os encargos contratuais pactuados, sendo que a primeira parcela será paga 30 dias após a liberação total do empréstimo ou de parte dele.
- (B) a Diretoria do Conselho Federal de Farmácia concederá aos conselhos regionais de farmácia empréstimos e subvenções até o limite de 60 vezes o valor da anuidade cobrada pelos conselhos regionais de farmácia à pessoa física.
- (C) empréstimos são as transferências em pecúnia destinadas a cobrir despesas de cunho operacional dos conselhos regionais de farmácia.
- (D) doações são definidas como toda espécie de cedência de bens móveis ou imóveis, assim como de pecúnia, aos conselhos regionais de farmácia, para que usem ou deles se utilizem, com a obrigação de restituí-los, a pedido de quem os emprestou ou quando terminar o prazo por este estipulado.
- (E) os empréstimos em pecúnia cuja realização se der em despesa de capital são liberados no correspondente a 75% do valor do projeto apresentado ao Conselho Federal de Farmácia.

QUESTÃO 18

Considerando a Resolução nº 531/2010 do Conselho Federal de Farmácia, que dispõe sobre normas e procedimentos orçamentários, contábeis e financeiros, no que se refere à dívida ativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe ao departamento de contabilidade ou ao departamento financeiro dos conselhos de farmácia encaminhar ao departamento jurídico, semestralmente, relação dos inadimplentes para certificação de liquidez e certeza.
- (B) A notificação administrativa para cobrança amigável tem o objetivo de exigir o pagamento do débito e dos respectivos acréscimos legais no prazo de 30 dias.
- (C) Após a inscrição da dívida, sem que o devedor tenha saldado o débito, o departamento jurídico procederá, em um prazo de até 60 dias, ao competente ajuizamento da ação fiscal.
- (D) Os conselhos regionais de farmácia devem encaminhar, até o último dia do trimestre subsequente, relatório em que constem todos os registros efetuados em dívida ativa em que o Conselho Federal de Farmácia tenha participação direta, para proceder à sua devida contabilização.
- (E) Os débitos lançados e cobrados em dívida ativa pelos conselhos de farmácia abrangem correção monetária, multa, juros de mora e demais encargos previstos na legislação, atualmente com base na Selic.

QUESTÃO 19

De acordo com o Regulamento para as sessões plenárias do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal (CRF/DF), instituído pela Deliberação nº 26/2015, assinale a alternativa correta.

- (A) A realização das sessões plenárias será exclusivamente no auditório da sede do CRF/DF.
- (B) A pauta dos trabalhos das sessões plenárias será elaborada e decidida pelo presidente e pela secretária-geral e, posteriormente, encaminhada via e-mail aos conselheiros regionais efetivos e suplentes, com antecedência mínima de até três dias antes da sessão plenária, para a aprovação devida.
- (C) As sessões plenárias ordinárias independem de convocação, impondo-se o calendário anual aprovado como ciência inequívoca. As possíveis alterações deverão ser previamente submetidas à aprovação do plenário.
- (D) Em qualquer caso, os conselheiros poderão solicitar a inclusão de ponto de pauta, desde que protocolado até o início da sessão plenária.
- (E) Cada conselheiro usará da palavra por até 10 minutos para exposição da respectiva matéria, podendo fazê-lo novamente, no caso de réplica, pelo mesmo prazo.

QUESTÃO 20

Considerando o disposto nas competências previstas no Regimento Interno Padrão do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, instituído pela Deliberação nº 19/2015, considere as competências a seguir:

- I. Supervisionar as ações de fiscalização do exercício profissional.
- II. Promover os pedidos formulados de vista e de cópia de processo.
- III. Responder pelo expediente do Conselho Regional de Farmácia.
- IV. Substituir o secretário-geral nos seus impedimentos e nas suas ausências ocasionais.

Assinale a alternativa que relaciona corretamente os cargos às competências apresentadas.

- (A) Vice-presidente (I); presidente (II); secretário-geral (III); tesoureiro (IV).
- (B) Secretário-geral (I); presidente (II); presidente (III); vice-presidente (IV).
- (C) Presidente (I); secretário-geral (II); secretário-geral (III); secretário-geral adjunto (IV).
- (D) Presidente (I); vice-presidente (II); secretário-geral (III); tesoureiro (IV).
- (E) Vice-presidente (I); secretário-geral (II); secretário-geral (III); secretário-geral adjunto (IV).

CONHECIMENTOS EM MICROINFORMÁTICA Questões de 21 a 25

QUESTÃO 21

O gestor de uma empresa farmacêutica deseja fazer uma cópia do arquivo de uma planilha de dados com todos os pedidos de lotes de um certo medicamento do mês. Ele já havia selecionado o arquivo, quando seu mouse parou de funcionar.

Nessa situação hipotética, quais teclas ele deve pressionar no teclado para fazer uma cópia desse arquivo na mesma pasta em que está o original?

- (A) Ctrl + A, para copiar e colar.
- (B) Ctrl + X, para copiar, e Ctrl + V, para colar.
- (C) Alt + Tab, para copiar e colar.
- (D) Ctrl + C, para copiar, e Ctrl + V, para colar.
- (E) Ctrl + C, para copiar, e Alt + V, para colar.

QUESTÃO 22

Joaquim utilizou um computador de uma lan house e digitou os respectivos dados no teclado para acessar a própria conta bancária e conferir o saldo, que era de R\$ 1.300,00. Uma semana depois, Joaquim foi ao banco e solicitou um extrato da conta, no qual percebeu uma diferença negativa de R\$ 900,00 em relação ao saldo anterior, mesmo não tendo movimentado essa conta. O fato indica que uma ameaça cibernética estava instalada no computador da lan house, o que possibilitou o prejuízo financeiro de Joaquim.

Com base no referido caso hipotético, assinale a alternativa que indica o nome da citada ameaça.

- (A) Firewall.
- (B) Keylogger.
- (C) Antispyware.
- (D) Adware.
- (E) Spam.

QUESTÃO 23

	B	C	D	E
1	Lote	Quantidade	Valor unitário	Valor do lote
2	1	3	R\$ 3,00	R\$ 9,00
3	2	8	R\$ 2,00	
4	3	2	R\$ 2,00	=D4*B4
5	4	7	R\$ 3,00	R\$ 21,00
6	-	20	-	

A tabela do Excel apresentada contém os lotes 1, 2, 3 e 4 de medicamentos recebidos na farmácia Santa Saúde, com as quantidades de medicamentos de cada lote e os respectivos valores unitários. Joaquim, o gerente do estabelecimento, decidiu otimizar o próprio tempo e adicionou mais uma linha à tabela, para indicar os valores e os quantitativos totais, além de mais uma coluna, para indicar o valor total de cada lote. Em seguida, solicitou ao seu assistente que a completasse corretamente com os respectivos valores.

Com base na situação hipotética e na tabela apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor da célula E2 pode ser encontrado pela fórmula =C2*D3.
- (B) O resultado da fórmula =SOMA(C2:C5) é igual ao valor da célula C6.
- (C) A fórmula indicada na célula E4 resulta em R\$ 4,00.
- (D) E5=B5*C5*D5.
- (E) Para a célula E6 indicar a soma dos valores dos lotes, deve-se escrever a fórmula =SOMA(C2:C5).

QUESTÃO 24

Jorge acessou a própria caixa de entrada de *e-mails* pelo navegador Mozilla Firefox com seu *notebook*, cujo sistema operacional é o Windows 7. Porém, Jorge suspeitou de que uma determinada mensagem de fonte desconhecida fosse maliciosa. A mensagem informava que Jorge não havia pagado a conta de luz, mas que havia, anexo ao *e-mail*, um arquivo executável para *download* e preenchimento dos respectivos dados, além de um *link* para um *site* externo, caso Jorge preferisse preencher os dados *on-line*.

Dado o caso hipotético apresentado, Jorge

- (A) deve ignorar a mensagem e classificá-la como *spam* ou excluí-la.
- (B) deve preencher o formulário *on-line*, para ter a certeza de que a conta será paga e de que ele não será afetado por um *spyware*.
- (C) deve fazer *download* do arquivo executável anexo e executá-lo, pois os sistemas operacionais Windows 7 não são afetados por nenhum *malware*.
- (D) pode acessar o *link* e preencher o formulário com os próprios dados, já que não existem *malwares* capazes de afetar nenhum navegador de internet.
- (E) deve apagar a mensagem imediatamente, pois *trojans* e *worms* podem afetar o computador se a mensagem de *e-mail* ficar aberta.

QUESTÃO 25

Com relação aos programas de navegação na internet, assinale a alternativa correta.

- (A) Os navegadores Mozilla Firefox e Google Chrome não podem ser instalados no Windows 7, porque este é um *software* proprietário.
- (B) O navegador Internet Explorer também é chamado de Windows Explorer ou Explorador do Windows.
- (C) Por ser considerado um *software* proprietário, o navegador Mozilla Firefox não aceita a instalação de extensões de segurança.
- (D) O Windows 7 ou superior aceita a instalação dos programas de navegação Mozilla Firefox, Internet Explorer, Google Chrome e, inclusive, Opera, que é um *software* grátis.
- (E) O Google Chrome só aceita pesquisa com a utilização do próprio *site* de busca do Google.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS Questões de 26 a 50

QUESTÃO 26

Acerca do controle de constitucionalidade das leis, assinale a alternativa correta.

- (A) A cláusula de reserva de plenário, prevista no artigo 97 da Constituição Federal, não se dirige e nem se aplica aos julgados especiais.
- (B) A cláusula de reserva de plenário, prevista no artigo 97 da Constituição Federal, também se dirige aos julgados de pequenas causas, como descrito no artigo 24 da Constituição Federal.

- (C) A cláusula de reserva de plenário, prevista no artigo 97 da Constituição Federal, também se dirige aos magistrados singulares quando no exercício da jurisdição constitucional.
- (D) É cabível controle de constitucionalidade de norma pré-constitucional por intermédio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).
- (E) Sempre que uma norma infraconstitucional for declarada incompatível com a Constituição Federal, por meio do controle de constitucionalidade, será obrigatória a regulamentação dos efeitos da decisão.

QUESTÃO 27

Em relação ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- (A) Os prefeitos possuem legitimidade ativa dita extraordinária.
- (B) Tendo sido proposta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pela Procuradoria-Geral da República (PGR), no curso de seu desenvolvimento, admite-se a interposição de recurso pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).
- (C) Os legitimados para propor arguição de descumprimento de preceito fundamental se encontram definidos, em *numerus clausus*, no artigo 103 da Constituição.
- (D) Admite-se a inclusão de entidade privada no polo passivo da relação processual do controle concentrado de constitucionalidade perante o STF.
- (E) O governador de Estado, quando advogado, pode exercer a capacidade postulatória por contra própria, no lugar dos procuradores de Estado.

QUESTÃO 28

A respeito de deflagração do controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que o (a)

- (A) Defensor Público-Geral da União, juntamente ao Procurador-Geral da República (PGR) e ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), pode ajuizar ações do controle de constitucionalidade concentrado e abstrato perante o STF.
- (B) requisito da pertinência temática não é exigido do CFOAB.
- (C) partido político que tenha devido registro no TSE, embora sem representação no Congresso Nacional, é legitimado para propor ações do controle de constitucionalidade concentrado e abstrato perante o STF.
- (D) Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) possui legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade contra norma de interesse de toda a magistratura.
- (E) Vice-Presidente da República pode ajuizar ações do controle de constitucionalidade concentrado e abstrato perante o STF.

QUESTÃO 29

Quanto ao Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios, exceto para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de iminência de guerra externa.
- (B) À União é permitido cobrar IRPJ dos estados, pessoas jurídicas de direito público interno, mas é expressamente vedada a cobrança antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que instituiu ou aumentou o tributo.
- (C) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.
- (D) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não poderão ter alíquotas *ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação.
- (E) A União poderá, mediante Lei Complementar, instituir impostos não previstos na Constituição.

QUESTÃO 30

Com relação ao processo legislativo e à separação de poderes previstos na CF, é correto afirmar que

- (A) o substitutivo de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não impede a apreciação da PEC originária, que pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (B) o sistema de governo adotado pela Constituição não pode ser alterado mediante Emenda Constitucional, por encontrar impeditivo nas cláusulas pétreas.
- (C) o processo legislativo também compreende a elaboração de Decreto Delegatório.
- (D) o Presidente da República pode vetar, no todo ou em parte, por contrariedade ao interesse público, as Emendas à Constituição.
- (E) é da competência exclusiva do Congresso Nacional escolher um terço dos membros do Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 31

Acerca dos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Como decorrência da imperatividade, o ordenamento jurídico confere aos atos administrativos a autoridade, a presunção de juridicidade e a impossibilidade de atuação consensual na Administração Pública.
- (B) Caracteriza-se a eficácia do ato administrativo quando simplesmente são atendidos os elementos da competência, da finalidade, da forma, do motivo e do objeto.
- (C) A avaliação social dos atos administrativos decorre da respectiva efetividade, com referência metajurídica, considerando o parâmetro de alcance de resultados práticos.
- (D) A relatividade não pode ser considerada atributo do ato administrativo, uma vez que a atuação estatal caracteriza-se por princípios não aplicáveis ao setor privado.

- (E) No estágio atual, a executoriedade, como atributo imanente à ação administrativa, destina-se a compelir imediatamente os particulares para os fins almejados da Administração, também se caracterizando como um dos privilégios administrativos.

QUESTÃO 32

Considerando as disposições relativas às alterações dos contratos administrativos previstas na vigente Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma das possibilidades de alteração unilateral pela Administração Pública ocorre quando, nos limites previstos na referida Lei, houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (B) É nulo o contrato em que não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços.
- (C) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, desde que ocorridas após a data da celebração do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- (D) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações, repactuações, reequilíbrio econômico-financeiro ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.
- (E) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, a alteração prevista é por acordo entre as partes contratante e contratada.

QUESTÃO 33

A Lei nº 10.520/2002 instituiu, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão. Acerca da referida Lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatória a modalidade pregão.
- (B) O prazo fixado pela Administração para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.
- (C) Após a abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante para verificação do atendimento das condições fixadas no edital, o pregoeiro iniciará a etapa competitiva e ordenará as ofertas.
- (D) A equipe de apoio do pregoeiro deverá ser exclusivamente integrada por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou da entidade promotora do evento.
- (E) Decididos os recursos, a autoridade competente fará a homologação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

QUESTÃO 34

Considerando as disposições do Capítulo II da Lei Complementar nº 101/2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe quanto ao planejamento, assinale a alternativa correta.

- (A) Relativamente às disposições contidas no âmbito do Plano Plurianual, é criado o Anexo de Política Fiscal, no qual são estabelecidos os objetivos e as metas plurianuais de política fiscal a serem alcançados durante o período de vigência do plano, demonstrando a compatibilidade deles com as premissas e os objetivos das políticas econômica nacional e de desenvolvimento social.
- (B) A Lei Orçamentária Anual atenderá ao previsto constitucionalmente e compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá em relação às alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (C) A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) A execução orçamentária e financeira não poderá, por meio dos respectivos sistemas de contabilidade e de administração financeira, identificar os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, sob alegação de observância da ordem cronológica determinada na Constituição Federal aos pagamentos mediante precatórios.
- (E) A Lei Orçamentária Anual conterá o Anexo de Riscos Fiscais, em que serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

QUESTÃO 35

Relativamente às previsões contidas na Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, acerca das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e dos restos a pagar, assinale a alternativa correta.

- (A) A inscrição em restos a pagar está vedada no último ano de mandato do presidente, do governador ou do prefeito municipal.
- (B) As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária realizadas por estados ou por municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito na instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pela instituição financeira oficial de cada um daqueles entes.
- (C) Somente é permitida a inscrição em restos a pagar a partir do décimo dia do início do exercício, devendo ser liquidados até dia 10/12 de cada ano.
- (D) Na determinação da disponibilidade de caixa para fins de limite de operações de antecipação de receita orçamentária, serão considerados os encargos e as despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.
- (E) A realização de operação da mesma natureza, ainda que parcialmente resgatada, impede a realização de nova operação de antecipação de receita orçamentária.

QUESTÃO 36

Sobre as obrigações solidárias, assinale a alternativa correta.

- (A) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Por isso mesmo, não se presume solidariedade passiva pelo simples fato de duas ou mais pessoas jurídicas integrarem o mesmo grupo econômico, na medida em que a solidariedade deriva da vontade das partes ou da Lei.
- (B) Segundo o Código Civil, a obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos cocredores ou codevedores, além de condicional ou a prazo ou pagável em lugar diferente, para o outro. A solidariedade não admite outras disposições de conteúdo particular além dessas hipóteses, por se tratar de rol exaustivo (*numerus clausus*).
- (C) Todos os devedores respondem pelos juros da mora, exceto se a ação tiver sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.
- (D) O devedor solidário demandado não pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos.
- (E) O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores. Entretanto, se o credor exonerar da solidariedade um ou mais devedores, a dos demais não subsistirá.

QUESTÃO 37

Sobre a assunção de dívida, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor sem o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava. Por isso, qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como recusa.
- (B) O Código Civil exclui a possibilidade da assunção cumulativa da dívida quando dois ou mais devedores se tornam responsáveis pelo débito com a concordância do credor.
- (C) Consideram-se extintas, a partir da assunção da dívida, as garantias especiais originárias dadas pelo devedor ao credor, mesmo que haja concordância expressa em sentido contrário, dada pelo devedor originário.
- (D) Salvo assentimento expresso do devedor primitivo, consideram-se extintas, a partir da assunção da dívida, as garantias especiais por ele originariamente dadas ao credor. A expressão “garantias especiais” refere-se a todas as garantias, quaisquer delas, reais ou fidejussórias, que tenham sido prestadas voluntária e originariamente pelo devedor primitivo ou por terceiro, vale dizer, aquelas que dependeram da vontade do garantidor, devedor ou terceiro para que se constituíssem.
- (E) Se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias, salvo as garantias prestadas por terceiros, exceto se o devedor conhecia o vício que inquinava a obrigação. Tal prescrição deve ser interpretada de forma restritiva, a não abranger os negócios jurídicos nulos.

QUESTÃO 38

Sobre o contrato de seguro, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato de seguro prova-se apenas com a exibição da apólice ou do bilhete do seguro.
- (B) A apólice e (ou) o bilhete de seguro serão nominativos, à ordem ou ao portador, de modo que serão mencionados nos referidos instrumentos os riscos assumidos, o início e o fim de sua validade, o limite da garantia e o prêmio devido e, quando for o caso, o nome do segurado e o do beneficiário. Essas diretrizes aplicam-se integralmente ao seguro de pessoas, cuja apólice e (ou) bilhete poderão ser ao portador.
- (C) O pedido do pagamento de indenização à seguradora não suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão referente ao seu pleito perante a seguradora.
- (D) O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.
- (E) Ressalvada a hipótese de efetivo agravamento do risco, exime-se a seguradora do dever de indenizar em razão da transferência do veículo sem a sua prévia comunicação.

QUESTÃO 39

A respeito da figura dos contratos em espécie, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo contrato de agência, uma pessoa assume, em caráter eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada.
- (B) O contrato de comissão tem por objeto a aquisição ou a venda de bens pelo comissário, em nome e à conta do comitente.
- (C) Pelo contrato de depósito, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame.
- (D) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis, perfazendo-se com a tradição do objeto.
- (E) O mútuo é o empréstimo de coisas não fungíveis.

QUESTÃO 40

Sobre jurisdição, competência e cooperação internacional, à luz do Novo Código de Processo Civil (NCPC), assinale a alternativa correta.

- (A) A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade judiciária, com exclusividade, cabendo ao Estado requerente assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.
- (B) Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.
- (C) O ato de apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida.

- (D) Recebido o pedido de auxílio direto passivo, a autoridade central o encaminhará à parte interessada na medida, que a requererá em juízo. Neste sentido, o NCPC veda a atribuição ao Ministério Público do *status* de autoridade central, para fins de auxílio direto.
- (E) Quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação, o processamento e o julgamento da ação não competem à autoridade judiciária brasileira. Todavia, tal restrição à jurisdição nacional não se aplica aos casos de competência internacional exclusiva, como nos casos relativos a imóveis situados no território da República Federativa do Brasil.

QUESTÃO 41

A respeito de impedimento e suspeição, com base no Novo Código de Processo Civil (NCPC), assinale a alternativa correta.

- (A) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, quando aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou quando subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- (B) Há suspeição do juiz no processo em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços, cabendo ao magistrado analisar eventual existência de vício quanto à sua imparcialidade para julgar a demanda.
- (C) O NCPC não vedou expressamente a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz, embora tal conduta afigure-se verdadeira afronta à boa-fé e à lealdade processuais, que devem reger todo o processo judicial.
- (D) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções em processo no qual figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.
- (E) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

Área livre

QUESTÃO 42

Sobre a teoria geral da prova e os recursos cíveis, à luz do NCPC, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório. Trata-se de inovação trazida pelo NCPC, que exige, todavia, identidade da relação fática e das partes litigantes.
- (B) Se o relator, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), entender que o recurso especial versa sobre questão constitucional, deverá conceder prazo de 15 (quinze) dias para que o recorrente demonstre a existência de repercussão geral e se manifeste sobre a questão constitucional. De igual modo, se o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, remetê-lo-á ao STJ, para julgamento como recurso especial.
- (C) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo probatório, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. Trata-se de decisão recorrível via agravo de instrumento.
- (D) Não se compreendem no conceito de lei federal, para fins de interposição de recurso especial, os atos normativos (de caráter geral e abstrato) produzidos por órgão da União com base em competência derivada da própria Constituição, como os decretos autônomos e regulamentares expedidos pelo presidente da República, ante a interpretação restritiva que se deve dar aos permissivos constitucionais para interposição de recurso especial.
- (E) Não se consideram incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade. Logo, conclui-se como inadmissível a figura do “prequestionamento ficto”.

QUESTÃO 43

Sobre o processo de execução de título extrajudicial e o cumprimento de sentença, com base no Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, deverá o próprio exequente, isto é, o credor, apontar o valor correto, porque se cuida de ônus próprio da parte interessada na execução.
- (B) A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação. Todavia, poderá o juiz, *ex officio*, mesmo que sem garantia do juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.

- (C) A concessão de efeito suspensivo à impugnação deduzida por um dos executados suspenderá a execução contra os que não impugnaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao impugnante.
- (D) A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.
- (E) A sentença arbitral, por se tratar de ato jurídico entre privados, tem força de título executivo extrajudicial.

QUESTÃO 44

Tendo em vista as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho no que se refere à equiparação salarial, assinale a alternativa correta.

- (A) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função.
- (B) A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, sendo necessário que os cargos tenham a mesma denominação.
- (C) Para os fins previstos no parágrafo 2º do artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se dessa exigência apenas o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.
- (D) É necessário que, ao tempo da reclamação a respeito da equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.
- (E) O conceito de mesma localidade de que trata o artigo 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município ou a municípios distintos, mesmo que pertençam a regiões metropolitanas diferentes.

QUESTÃO 45

A respeito das Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho no que se refere às férias, assinale a alternativa correta.

- (A) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
- (B) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época do período aquisitivo.
- (C) A remuneração das férias do tarefeiro deve ser calculada com base na média de salários dos três últimos meses trabalhados durante o período aquisitivo.
- (D) Os dias de férias gozados após o período legal de concessão deverão ser remunerados de forma simples, com acréscimo do terço de férias.
- (E) Em qualquer hipótese de dispensa do empregado, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 meses.

QUESTÃO 46

Tendo em vista as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho no que se refere ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assinale a alternativa correta.

- (A) A contribuição para o FGTS incide apenas sobre a remuneração mensal devida ao empregado.
- (B) A contribuição para o FGTS incide apenas sobre a remuneração mensal devida ao empregado e as eventuais horas extras, não incluindo qualquer espécie de adicional.
- (C) A contribuição para o FGTS incide apenas sobre a remuneração mensal devida ao empregado e os adicionais, sem recair sobre horas extras trabalhadas.
- (D) O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, não está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (E) A contribuição para o FGTS incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, incluindo horas extras e adicionais eventuais.

QUESTÃO 47

Tendo em vista a Consolidação das Leis do Trabalho no que se refere ao assunto contrato individual de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Mesmo em caso de necessidade de serviço, o empregador não poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato.
- (B) As despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregado.
- (C) Ao empregador é permitido transferir o empregado, mesmo sem a anuência deste, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do domicílio dos empregados.
- (D) Nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia.
- (E) Considera-se alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado retorne ao cargo efetivo anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

QUESTÃO 48

A respeito de terceirização no direito do trabalho e considerando as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é legal e forma vínculo direto do trabalhador com o tomador dos serviços.
- (B) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal e forma vínculo direto do trabalhador com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.
- (C) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego entre o trabalhador e os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.

- (D) Forma vínculo de emprego entre o trabalhador e o tomador a contratação de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
- (E) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

QUESTÃO 49

Considerando a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta a respeito de condições de trabalho.

- (A) Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
- (B) É proibido aos sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar acordos coletivos, com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho.
- (C) O regime especial de seis horas de trabalho não se aplica aos empregados de portaria e de limpeza, tais como porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes.
- (D) Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, não poderá o tribunal competente estender tais condições de trabalho aos demais empregados da empresa.
- (E) A decisão a respeito de novas condições de trabalho não poderá, em nenhum caso, ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do tribunal.

QUESTÃO 50

Tendo em vista a Consolidação das Leis do Trabalho no que se refere à remuneração, assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 45 dias.
- (B) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.
- (C) Considera-se gorjeta apenas a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado.
- (D) Não integram o salário as diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.
- (E) Não se compreendem no salário a alimentação, a habitação, o vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa fornecer habitualmente ao empregado.

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão discursiva deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 25 (vinte e cinco) linhas.

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, o texto a seguir.

O dever de fundamentar — que é mais do que motivar — não é simplesmente um adereço que será posto na decisão. Tampouco será uma justificativa para aquilo que o juiz decidiu de forma subjetivista-solipsista. O Estado Democrático e a Constituição são incompatíveis com modelos de motivação teleológicos do tipo “primeiro decido e só depois busco o fundamento”. Superado o paradigma subjetivista (filosofia da consciência e suas *vulgatas*), é a intersubjetividade que será a condição para o surgimento de uma decisão. Nesse sentido, o juiz deve controlar a sua subjetividade por intermédio da intersubjetividade proveniente da linguagem pública (doutrina, jurisprudência, lei e Constituição). As suas convicções pessoais são — e devem ser — irrelevantes para a decisão. Por isso, a decisão judicial não é fruto do pensamento pessoal ou da consciência do julgador. Decisão nesse sentido será nula. Como bem lembra Arruda Alvim (2014), o juiz não decide arbitrariamente, em função de sua mera vontade. Como se pode ver pela leitura do art. 371, o CPC aboliu a livre apreciação da prova e qualquer forma de livre convencimento. No projeto original do Senado repetia-se a velha ladainha acerca do livre convencimento. Na Câmara, todas as alusões a esse poder de liberdade de julgamento foram retiradas.

A expulsão do livre convencimento é um elemento de extrema relevância para demonstrar o significado desse segundo elemento chamado fundamento da sentença. A fundamentação é condição para a decisão e não uma justificativa das premissas tomadas para a conclusão. Isso quer dizer que o juiz não decide para depois fundamentar. Absolutamente não. E, se o faz, está colocando a sua subjetividade acima do direito. Na verdade, a decisão deve ser o resultado da fundamentação e não o contrário.

STRECK, Lenio Luiz. Art. 489. In: NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo (orgs.). Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 855-856 versão *e-book*, com adaptações.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo acerca do dever de fundamentação das decisões judiciais. O texto deve abordar, necessariamente, os seguintes pontos.

- a) Dever de fundamentação das decisões judiciais à luz do Estado Democrático de Direito: raiz constitucional, consequências de sua inexistência e natureza jurídica.
- b) Funções endoprocessual e extraprocessual da fundamentação.
- c) Necessidade de o julgador enfrentar todos os argumentos formulados pelas partes à luz do Novo Código de Processo Civil (NCPC) e da iterativa jurisprudência do STJ.

Área livre – Rascunho na página seguinte

Rascunho

1	
5	
10	
15	
20	
25	

PROVA APLICADA